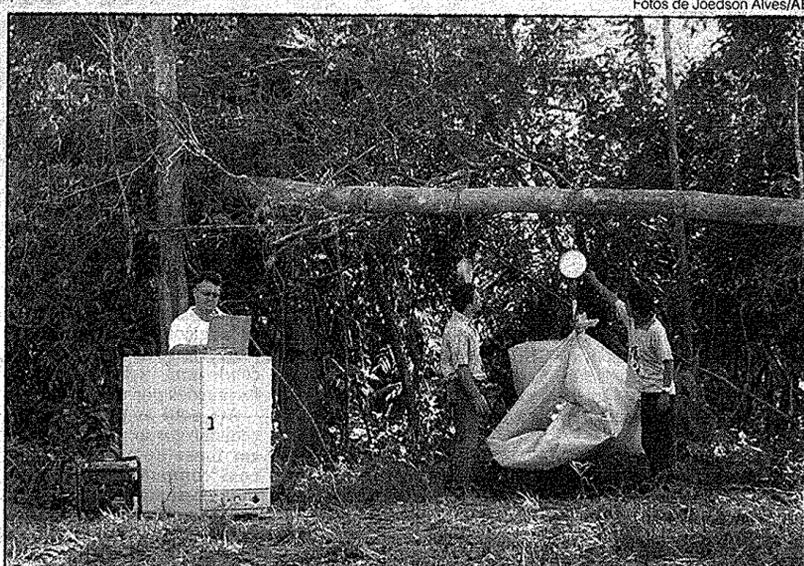


O empresário Divaldo Rezende (à esquerda) acompanha a medição das árvores, uma a uma, que é o primeiro passo para avaliar o estoque de carbono disponível na região do projeto



A pesagem de todo o material colhido em uma determinada área, previamente demarcada para amostragem, permite aos pesquisadores medir e projetar o volume total da fitomassa

A commodity do futuro cresce no Bananal

Ecológica desenvolve técnica que barateia custos de projetos de sequestro de carbono

LUIZA PASTOR
Enviada especial

PALMAS - Enquanto as empresas da chamada nova economia, as famosas pontocom, provocam perigosos espasmos nas artérias dos investidores no rastro da crise da Nasdaq, outra atividade radicalmente off-line vem crescendo, com discrição proporcional ao seu enorme potencial de mercado. São empresas dedicadas a resolver problemas do meio ambiente que, longe do enfoque romântico das Organizações Não-Governamentais (ONGs), viram uma atraente e rentável opção de negócio. É o caso de empresas como a Ecológica Planejamento e Desenvolvimento Ambiental, com sede em Palmas (TO), que desenvolveu o primeiro projeto de sequestro de carbono (leia reportagem abaixo) em operação no Brasil.

O Projeto Bananal, desenvolvido na Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do planeta, localizada no Estado do Tocantins, tem patrocínio da AES Barry, companhia de energia do País de Gales, no Reino Unido, que investiu modestos US\$ 1 milhão para bancar quatro anos de trabalho e o sequestro de 7 milhões de toneladas de carbono. Esse valor, contabilizado como investimento social pela Barry, além de remunerar o trabalho da Ecológica, resultou em um excelente negócio: se a Barry tentasse adequar-se, com equipamentos antipoluição convencionais, às exigências da Convenção de Kyoto, o custo de cada tonelada de gás carbônico evitada não ficaria abaixo dos US\$ 150. Na opção pela preservação ambiental, o custo vai ser de US\$ 2 a US\$ 10 a tonelada.

Alternativas - A redução nos custos, na verdade, foi impulsionada pelo tipo de trabalho desenvolvido pela Ecológica, que nos últimos dois anos criou uma série de sistemas de medição alternativos aos usados em projetos semelhantes em andamento em outros países. "Como a verba era pequena para um projeto integrado, onde não só se medisse a quantidade de carbono sequestrada, mas também se incentivasse todo um trabalho que considerávamos fundamental no alicercamento da preservação ambiental, como a educação e o incentivo à produção de artesanato e ao ecoturismo, buscamos alternativas mais baratas que nos permitissem chegar ao mesmo resultado", diz o diretor da Ecológica, Divaldo Rezende.

Entre essas alternativas, ele destaca a aquisição de equipamentos manuais de medição de planta, que custaram US\$ 20 mil. A opção habitual, uma engenhoca que mede o carbono automaticamente em toda a região demarcada, custa mais de US\$ 100 mil. "Acaba-

mos desenvolvendo know-how próprio que, além de aproveitar mão-de-obra local, barateia os custos e já despertou interesse de empresas que estavam quase desistindo de projetos por causa do alto preço", explica.

Para dar uma idéia da economia, Rezende cita o caso de uma montadora estrangeira que teve seu projeto, no Brasil, orçado em US\$ 12 milhões para o sequestro de 15 milhões de toneladas de carbono. Com os US\$ 1 milhão da Barry e a filosofia de poupar em tudo o que fosse possível, a Ecológica tornou viável uma área total que hoje abrange 200 mil hectares de floresta nativa, 600 mil hectares de regeneração florestal e 3 mil hectares de agrossilvicultura, permitindo um volume de sequestro de 25 milhões de toneladas. "O troco virá em benefícios para o projeto e para a comunidade de mais de 30 mil pessoas nos cinco municípios da região e em novos contratos de consultoria que estão chegando constantemente para nós", conta Rezende.

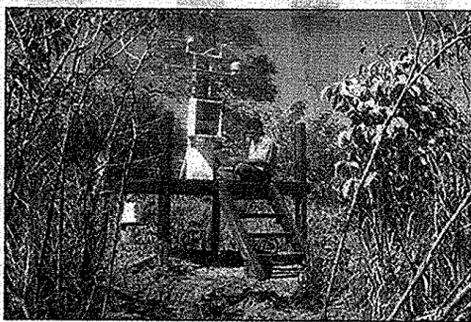
Orçamentos - Entre os novos contratos, ele inclui o de outra empresa de energia, a Midway, de Kent, também no Reino Unido, que quer desenvolver um projeto no Brasil, em lugar ainda não definido, para sequestro de 200 mil toneladas de carbono em dois anos. E está em fase de contratação mais um projeto, patrocinado por uma montadora do País, a ser criado no Pantanal, em parceria com uma empresa de energia norte-americana.

"Quando apresentamos nossos orçamentos, os empresários se entusiasmassem com as possibilidades de lucro nos seus investimentos que, de resto, acabariam sendo obrigatórios", ressalta outro diretor da empresa, o italiano Estefano Merlin, que deixou em mãos de terceiros sua fábrica de móveis na região dos Alpes italianos, para administrar a Ecológica. "Esse é o verdadeiro mercado do futuro, do qual ninguém vai escapar", avalia ele.

Apesar de ser uma empresa enxuta, com não mais de 20 funcionários, a Ecológica já se preocupa com a manutenção a longo prazo do projeto de pesquisas iniciado na região, um ecossistema único que reúne em uma mesma área características de floresta, cerrado e pantanal e que vai subsidiar estudos aplicáveis em outros projetos em diferentes áreas. "Foi por isso que criamos a empresa Bananal Ecotur, que vai abrir as instalações do Centro Canguçu, sede do projeto e cartão de visitas da Ecológica, a turistas-pesquisadores que pagarão pela hospedagem e poderão aproveitar a tecnologia ali instalada para seus trabalhos", explica Rezende. Com capacidade atual para 12 hóspedes, o Centro vai inaugurar até agosto chalés para abrigar um máximo de 30 pessoas de cada vez. "A Bananal Ecotur vai nos permitir custear os trabalhos de assistência às comunidades e as pesquisas que interessam ao projeto propriamente dito", acredita ele.



Centro Canguçu, sede do Projeto Ilha do Bananal, que vai explorar o ecoturismo de pesquisa



À esquerda, o diretor da Ecológica Estefano Merlin. Acima, o agrônomo Gustavo Campos recolhe os dados fornecidos pela Estação de Monitoramento Ambiental

Proposta nasceu durante os debates da Eco-92

A certificação ainda apresenta dificuldades e depende de uma regulamentação

PALMAS - A idéia de transformar o carbono em commodity negociável no mercado internacional surgiu na Conferência pelo Meio Ambiente de 1992, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, e foi formatada na Convenção de Kyoto, em 1997. De acordo com os cálculos apresentados nesses encontros, estimava-se que custaria aos países industrializados pelo menos US\$ 30 bilhões para reduzir as emissões de, ao mesmo tempo, 5% ao ano suas emissões de carbono até 2005. Mas também se estabeleceu que essa meta precisaria ser cumprida, sob pena de se cobrar multas das empresas mais poluentes - em especial, aquelas ligadas à produção de energia, petróleo e automóveis.

Compensação - Para compensar os altos custos da redução das emissões e, ao mesmo tempo, favorecer os países menos desenvolvidos, que teriam seus investimentos industriais potencialmente inibidos, a Convenção de Kyoto criou o mecanismo conhecido como Certificado de Sequestro de Carbono, um título que poderia ser negociado no mercado internacional e que equivaleria ao volume de carbono que fosse retido, por meio de projetos de preserva-

ção ou recuperação da vegetação do planeta, por empresas mais poluentes. Com esses mecanismos, os países em desenvolvimento poderiam receber investimentos dos industrializados para preservar suas riquezas naturais, e mesmo as empresas poluentes ali instaladas poderiam compensar os custos da adequação ambiental com projetos de gerenciamento natural, beneficiados pela possibilidade de negociar os certificados decorrentes desses projetos.

Filão - Durante as discussões de Kyoto, o mercado de investimentos de empresas interessadas nessa opção de política ambiental foi avaliado em cerca de US\$ 70 milhões. Mas o grande filão é mesmo a negociação dos títulos criados a partir desses investimentos, cuja regulamentação deverá estar definida em outubro próximo, quando ocorrerá nova rodada de discussões entre as partes envolvidas - governos, representantes das indústrias mais atingidas e especialistas na questão ambiental e no mercado financeiro, em Haia, na Holanda. De acordo com dados apresentados durante o Fórum Global de Aspen, em janeiro passado, nos Estados Unidos, foram identificados dois cenários ambientais diferentes

que concordam em um ponto: como investimento, o Certificado de Sequestro de Carbono promete ser a vedete entre as commodities do novo século.

No primeiro cenário, parte do princípio de que as medidas decididas pela Convenção de Kyoto de redução das emissões na atmosfera seriam cumpridas até 2005. Isso faria com que os certificados emitidos em 2001, quando deveriam começar a ser negociados, teriam um preço inicial fixado em torno de US\$ 5 por tonelada de carbono sequestrado, podendo chegar a US\$ 20 a tonelada em 2005, subindo 10% ao ano, até US\$ 75 a tonelada em 2020. Ou seja, 1.500% de valorização simples em menos de 20 anos.

No segundo cenário, onde o clima se deteriora mais rapidamente com a manutenção de altos níveis de poluentes no planeta, obrigando os países a adotarem medidas mais coercitivas de controle, esses valores saltam de US\$ 5 em 2001 a US\$ 50 em 2005, chegando a estratosféricos US\$ 305 a tonelada em 2020. Ou valorização de 6.100% no período.

Dificuldades - Os principais problemas que vêm emperrando a regulamentação do lançamento dos certificados, como

A CORRIDA

1992 - na Eco-92, no Rio de Janeiro, concluiu-se que é necessário forçar os países industrializados a reduzir as emissões de poluentes e compensar os países em desenvolvimento que preservam sua cobertura natural;

1997 - no Japão, a Convenção de Kyoto cria o mecanismo conhecido como Certificado de Sequestro de Carbono, que permitirá negociar, no mercado financeiro internacional, títulos de projetos que, preservando ou restaurando a vegetação, compensem com a apreensão do gás carbônico as emissões poluentes das empresas patrocinadoras;

2000 - em outubro próximo, será realizada em Haia, na Holanda, nova rodada de negociações para regulamentar a certificação do sequestro de carbono, bem como sua negociação como commodity;

2001 - prazo inicialmente previsto para entrar em vigor o mercado de negociação dos certificados. Sua confirmação depende das negociações de regulamentação.

**TÍTULOS
PODEM SE
VALORIZAR
ATÉ 6.100%**

Como esse estoque também é naturalmente sujeito a problemas imprevisíveis, que vão desde sua redução intencional por má-fé dos investidores a acidentes provocados por fenômenos naturais (como um incêndio causado por um raio, por exemplo), Rezende acredita que outro segmento da economia deverá ser substancialmente ativado pelo lançamento dos certificados, para tornar viável sua negociação: "O mercado de seguros é um dos que mais potencial têm para aproveitar esse novo produto", aponta. (L.P.)